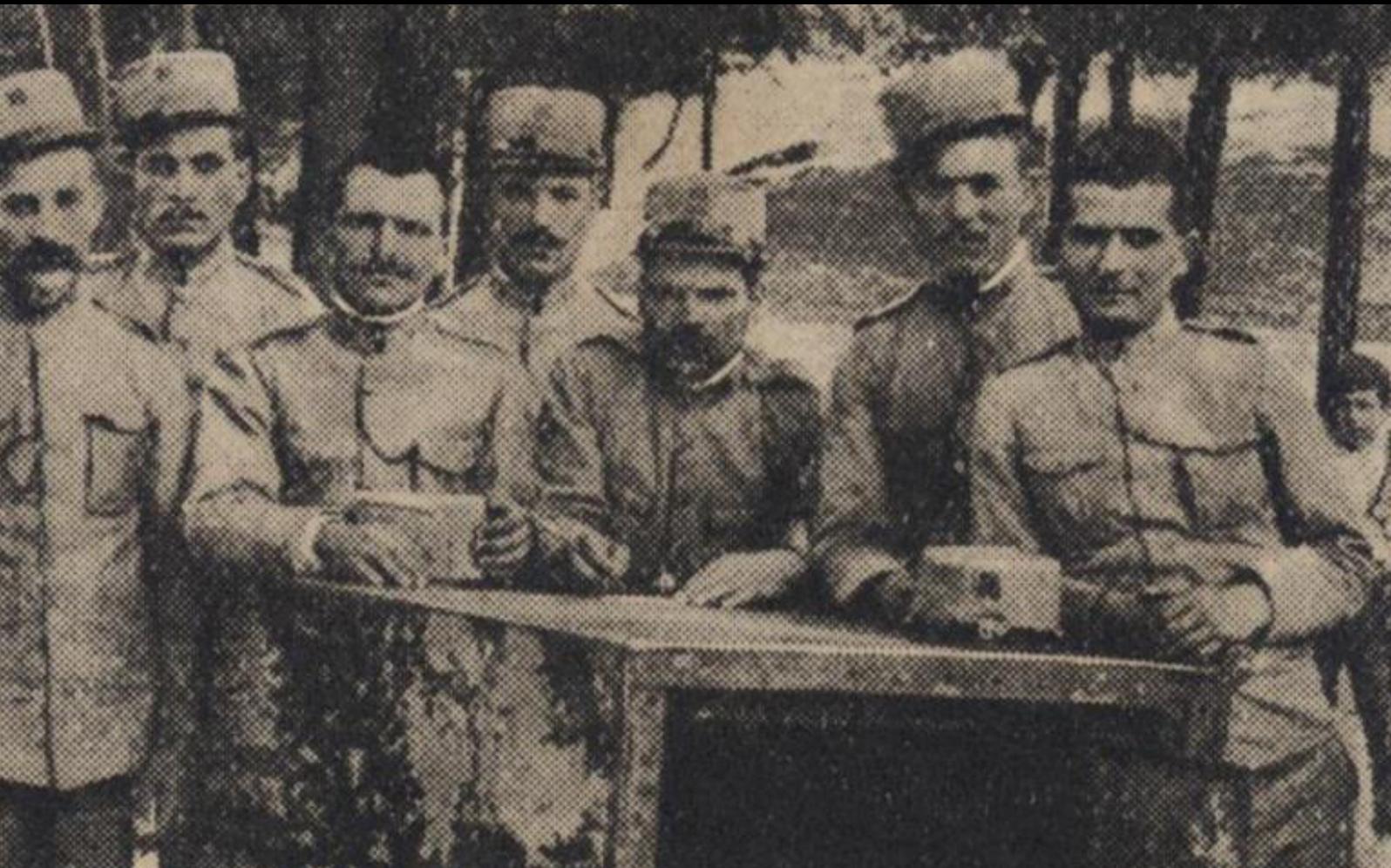


Atas das 3<sup>as</sup>

# CONFERÊNCIAS DO MUSEU DE LAMEGO / CITCEM

2015  20 de julho



## MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO DOURO



ENTRE O LIBERALISMO E A DEMOCRACIA  
(nos 100 anos do Motim de Lamego)

FOTO: Arquivo da Imagem/Lamego



ATAS das 3<sup>as</sup>

## CONFERÊNCIAS DO MUSEU DE LAMEGO / CITCEM - 2015

# MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO DOURO, ENTRE O LIBERALISMO E A DEMOCRACIA (NOS 100 ANOS DO MOTIM DE LAMEGO)

Disponível online em [www.museudelamego.pt](http://www.museudelamego.pt)

### ABREVIATURAS

**CITCEM** – Centro de Investigação Transdisciplinar  
Cultura, Espaço e Memória

**DL** – Diocese de Lamego

**DRCN** – Direção Regional de Cultura do Norte

**EMT** – Espaço Miguel Torga

**FLUP** – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**FLUP/GI** – Grupo de Investigação: Memória, Património e Construção de Identidades da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**IHC/FCSH/UNL** – Instituto História Contemporânea,  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

**ML** – Museu de Lamego

**RAD** – Rádio Alto Douro

**RDP** – Rádio Difusão Portuguesa

**UM** – Universidade do Minho

**ULP/CEAUP** – Universidade Lusófona do Porto/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto



## ORGANIZAÇÃO

ML-DRCN / CITCEM-FLUP

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Alexandra Isabel Falcão (ML-DRCN)  
Gaspar Martins Pereira (FLUP-CITCEM)  
Luís Sebastian (ML-DRCN)  
Paula Montes Leal (FLUP-CITCEM)

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alexandra Isabel Falcão (ML-DRCN)  
Luís Sebastian (ML-DRCN)

## CONFERENCISTAS

António Monteiro Cardoso (IHC/FCSH/UNL)  
Augusto Macedo (RDP e RAD)  
Carla Sequeira (CITCEM-FLUP)  
Célia Tabora da Silva (ULP/CEAUP)  
Gaspar Martins Pereira (CITCEM)  
João Luís Sequeira (EMT)  
José Viriato Capela (UM)  
Otilia Lage (CITCEM-FLUP/GI)

## REVISÃO

Alexandra Isabel Falcão (ML-DRCN)

## DESIGN E COMUNICAÇÃO

Luís Sebastian (ML-DRCN)  
Patrícia Brás (ML-DRCN)

## COMUNICAÇÃO

Patrícia Brás (ML-DRCN)

## GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Paula Duarte (ML-DRCN)

## SECRETARIADO

Patrícia Brás (ML-DRCN)  
Teresa Sequeira (ML-DRCN)

## LOGÍSTICA

Paula Pinto (ML-DRCN)

## CONCEÇÃO E COMPOSIÇÃO GRÁFICA

Pe. Hermínio Lopes (DL)

## IMAGEM DE CAPA

© Arquivo de Imagem/Lamego

## EDIÇÃO

© Museu de Lamego – Direção Regional de Cultura do Norte

## DATA DE EDIÇÃO

Dezembro 2015

## e-ISBN

978-989-99516-0-0

O conteúdo dos textos, direitos de imagem e opção ortográfica são da responsabilidade dos autores.



## APOIOS:

Casa de Santo António de Britiande  
Diocese de Lamego  
Escola de Hotelaria e Turismo do Douro – Lamego  
ESTGL - Escola Superior de Tecnologia e Gestão,  
Lamego  
Hotel Lamego  
Liga dos Amigos do Museu de Lamego  
Município de Lamego  
Quinta de Mosteirô  
SoltaGiga

# Índice

## Mesa-redonda

### MOVIMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO DOURO, ENTRE O LIBERALISMO E A DEMOCRACIA

**Otilia Lage** (CITCEM - FLUP/GI: Memória, Património e Construção de identidades)

Gigantes do Douro, memória e património histórico:

lutas em defesa da Região Vinhateira (séculos XIX-XX)..... 09

**Augusto Macedo** (jornalista aposentado; ex-Director da Rádio Alto Douro e da RDP-Norte)

Douro Vinhateiro - Fragmentos de Abril ..... 21

## Painel 1

### REVOLTAS E REVOLUÇÕES NO DOURO OITOCENTISTA

**José Viriato Capela** (Univ. Minho)

As Invasões Francesas e a Restauração Nacional de 1808 - o Juiz do Povo e Junta dos Prudentes de Viseu .... 31

**António Monteiro Cardoso** (IHC/FCSH/UNL)

A Revolução Liberal no Douro ..... 39

**Célia Taborda da Silva** (Universidade Lusófona do Porto/CEAUP)

Ação coletiva no Douro: a propósito das movimentações da “Maria da Fonte” ..... 47

## Painel 2

### O MOTIM DE LAMEGO DE 1915

**Carla Sequeira** (CITCEM/FLUP; Bolseira Pós-Doc. da FCT)

Antão de Carvalho e os motins do Douro de 1914-1915..... 59

**João Luís Sequeira** (DRCN; Espaço Miguel Torga)

O motim de Lamego e a causa do Douro na vida e obra de Pina de Morais ..... 67

**Gaspar Martins Pereira** (CITCEM/FLUP)

O motim de Lamego, um momento histórico de consagração da denominação de origem «Porto» para os vinhos generosos da Região Demarcada do Douro ..... 75





# O motim de Lamego,

## um momento histórico de consagração da denominação de origem «Porto» para os vinhos generosos da Região Demarcada do Douro

texto: *Gaspar Martins Pereira*

### INTRODUÇÃO

O motim de Lamego de 20 de Julho de 1915 constituiu o culminar do movimento de contestação duriense ao Tratado de comércio luso-britânico de 1914, em particular ao seu artigo 6.º, cuja redacção desprezava a origem regional do vinho do Porto, admitindo que essa designação pudesse ser usada em Inglaterra por qualquer vinho produzido em Portugal. Num contexto de crise comercial do vinho do Porto, que enfrentava, desde finais do século XIX, uma intensa concorrência nos mercados europeus, em que proliferavam falsificações baratas, os durienses reagiram com um vasto conjunto de movimentações, tanto das elites vinhateiras como das camadas populares, em simultâneo com o sector exportador, como poucas vezes tinha acontecido, para

defender a denominação de origem «Porto» e o seu uso exclusivo pelos vinhos generosos produzidos na Região Demarcada do Douro. O desfecho sangrento do motim de Lamego transformou esse acontecimento num momento histórico de consagração da denominação de origem, elevando os seus actores à condição de heróis-mártires da causa regional.

Nesta breve comunicação, pretendemos apenas destacar o carácter épico da revolta de Lamego, que justifica este momento de celebração, buscando perceber o seu significado histórico, em comparação com outros movimentos sociais que ocorreram no Douro e em outras regiões vitícolas europeias no início do século XX.

### **Nota biográfica:**

**Gaspar Martins Pereira** é Professor catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória». Tem desenvolvido investigação nas áreas de História Urbana, História Social, História Empresarial e História da Vinha e do Vinho. É autor de diversas obras, de que se destacam, entre as publicações mais recentes, *Uma vida pela liberdade: Artur Santos Silva, 1910-1980* (Porto, 2010), *Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX* (coord., Porto, 2010), *Roriz. História de uma Quinta no Coração do Douro* (Porto, 2011), *Alves Redol e o Douro. Correspondência para Francisco Tavares Teles* (org., Porto, 2013), *Unicer, uma longa história* (Leça do Balio, 2014).

## MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

**D**eve dizer-se que a importância deste acontecimento histórico, apesar do destaque que lhe conferiu a imprensa da época, por vezes com interpretações contraditórias, foi, depois, continuamente abafada, por razões ideológicas, quer pelos republicanos mais intolerantes, que viam na participação de alguns monárquicos um ataque à República, quer pelos adeptos do Estado Novo, que privilegiavam uma ideia de ordem social contrária a todas as formas de manifestação e de intervenção cívica. É certo que, ainda durante a Primeira República, é possível assinalar uma ou outra comemoração tímida da revolta de Lamego. Por exemplo, no décimo aniversário dos acontecimentos, o semanário reguense *A Defesa do Douro* publicou um número especial de homenagem aos «mártires da causa do Douro»<sup>1</sup>. Com destaque de caixa, integrada no próprio cabeçalho e sob o título «Como se deu a carnificina», pode ler-se uma declaração de João Carlos Guedes, que participara activamente na revolta:

*Ninguém melhor do que eu sabe como as coisas se passaram e por isso também ninguém melhor sabe que nenhuma razão plausível houve para aquele procedimento.*

*Não posso dizer quantos foram os feridos por estilhaços de bombas; posso só dizer que, diante de mim, no hospital, os médicos reconheceram haver ferimentos por estilhaços de bombas. Alguns foram mortos, a tiro, das janelas das traseiras da casa da Câmara quando fugiam!*<sup>2</sup>

Logo a seguir, a toda a largura da primeira página, evocavam-se, com destaque a negro, as doze pessoas mortas na revolta:

20-VII-1915

*Os mártires da causa do Douro*

*Da freguesia de Cambres:*

— *Bernardo Pinto, que deixou viúva e dois filhos; Maria da Silva, que deixou viúvo e seis filhos; José Gomes Rabito, que deixou viúva e um filho; Francisco dos Santos Araújo, que deixou*

*viúva e dois filhos; Francisco Guedes, solteiro; Pedro da Silva, que deixou viúva.*

*Da freguesia de Valdigem: — Uma mulher, mendiga; Maximiano Ferreira da Silva, que deixou viúva e filhos.*

*Da freguesia de Figueira: — António Ribeiro, que deixou viúva e 4 filhos.*

— *Um rapaz, de maior idade, de Sande.*

— *José da Rede, que deixou viúva e três filhos, de Almacave.*

— *Um rapaz, solteiro, de Britiande.*<sup>3</sup>

Justificando a homenagem promovida pelo semanário *A Defesa do Douro*, o seu director, Júlio Vilela, considerava que os durienses não podiam esquecer aquele momento:

*20 de Julho de 1915 é uma data que o Douro não deve, não pode esquecer. O sangue vertido nesse dia, alarmando os governantes, obrigou-os a atender as reclamações, aliás justíssimas, que o Douro fez em prol da aclaração da base VI desse tratado [de comércio com a Inglaterra].*

*Quem nos diz que, sem ele, sem esse sangue inocente se obteria a vitória?! Quem pode afirmar que não era necessário aquele golpe brutal da Fatalidade e do Destino para que justiça fosse feita ao Douro?!*

*Eis porque é preciso lembrar essa data. Agora, mais do que nunca, é forçoso não esquecer essas vítimas, lembrando-se o Douro de que, estando na eminência de ver denunciado o tratado de comércio que foi a causa daquela tragédia, ninguém lhe pode afiançar que, para defesa do pão de seus filhos, não seja preciso derramar mais sangue, atirando-se para uma luta ingente, formidável, talvez a maior de quantas tem sustentado!*<sup>4</sup>

O tom de todos os artigos desse número do jornal é de idêntica consagração dos heróis-mártires da causa do Douro, que, em 20 de Julho de 1915, tinham contribuído, decisivamente, para a vitória do movimento de protesto contra o artigo 6.º do tratado luso-bitânico, obrigando o governo a proceder à aclaração daquele artigo, assumindo que a denominação de vinho do Porto pertencia em exclusivo aos vinhos generosos produzidos na região do Douro. Alguns artigos do jor-

1 *A Defesa do Douro*. Peso da Régua, ano I, n.º 30, 26.07.1925. Este número do jornal incluí artigos de Júlio Vilela, Antão de Carvalho, A. de Sousa, Vieira da Costa, Torcato de Magalhães, Nuno Simões, Amâncio Queirós e A. Regueiro.

2 *Idem, ibidem.*

3 *Idem, ibidem.*

4 VILELA, 1925: 1.

nal que temos vindo a citar historiam o movimento duriense, desde a «missão de Alijó», chefiada por Torcato de Magalhães, em finais de 1914, passando pelos grandes comícios vinhateiros, por campanhas de imprensa e pelas representações e negociações junto do Governo e do Parlamento, lideradas pelas elites regionais, até às manifestações populares que se verificaram em várias vilas do Douro na Primavera e no início do Verão de 1915.

As homenagens promovidas em 1925, como se desprende das palavras que citámos de Júlio Vilela, assumiram a revolta de Lamego como um momento-chave da defesa dos interesses regionais, no contexto de reactivação do movimento duriense, que viria a estender-se até 1932 e a estar na origem da fundação da Casa do Douro, já no limiar do Estado Novo.

Nos anos quarenta, numa conjuntura de abertura intelectual e também de uma renovada atenção aos dramas sociais e humanos da viticultura duriense, agravados por uma nova crise comercial do sector do vinho do Porto, a consagração dos mártires da revolta de Lamego seria reafirmada e fixada na narrativa literária. Primeiro, com a evocação feita por Pina de Moraes no conto inicial do seu livro *Sangue Plebeu*, publicado em 1942. Em jeito de apresentação ao conto *No Douro*, Pina de Moraes refere-se às «esquecidas efemérides da Região demarcada do Douro», homenageando os «humilíssimos trabalhadores da gleba» que «caíram mortos, por uma causa justa e grande, a causa da sua terra, do seu pão e do prestígio do Vinho do Porto, duma maneira trágica e covarde»<sup>5</sup>. E, adiante, propõe que seja erguido um monumento em sua memória: «não quero que este lancinante heroísmo se perca, não quero que a ingratidão de nós todos continue»<sup>6</sup>.

Poucos anos depois, o consagrado escritor ribatejano Alves Redol dedicaria à revolta de Lamego o volume *Vindima de Sangue*, desfecho do «Ciclo Port Wine»<sup>7</sup>. Na prosa neo-realista de Alves Redol, a narrativa literária, ancorada na memória regional e na pesquisa de muitas fontes documentais da época, contextualiza amplamente os movimentos populares de 1914 e 1915, revelando-nos, para lá da trama ficcional, a conjuntura política e económica nacional e internacional, as con-

dições de vida dos pequenos viticultores durienses e a profunda crise que os atingia, as diferenças sociais e territoriais dentro da região demarcada, os conflitos entre os produtores e os negociantes, bem como entre o Douro e as regiões do Sul, cujos vinhos mais baratos eram misturados com vinhos generosos do Douro e se introduziam no circuito exportador sob a denominação «Porto»<sup>8</sup>.

Apesar dessas tão vivas narrativas literárias, reflectindo a importância que assumiu na memória regional, bem como da abundância de fontes para o seu estudo<sup>9</sup>, o movimento duriense foi, durante muito tempo, desprezado pelos historiadores. Mesmo obras de grande fôlego ignoraram a revolta de Lamego ou, quando muito, concederam-lhe escassas linhas, como, por exemplo, a *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres<sup>10</sup>. Por vezes, o movimento duriense aparece-nos obscurecido por interpretações incongruentes. Numa obra recente sobre a I República pode ler-se:

*As vagas de assalto são sobretudo um resultado da conjuntura de guerra e não podiam ser dela dissociadas. A prova surge em Julho de 1915, quando o que tinha começado por ser um movimento exclusivamente urbano se alarga às zonas rurais. Começam nesse mês as “revoltas camponesas”, com as populações rurais a “invadirem” Lamego para assaltar armazéns e destruir tudo o que lhes cheirasse a Estado que encontrassem pela frente, a começar na câmara municipal.*<sup>11</sup>

A verdade é que a historiografia regional só muito recentemente tem vindo a gerar um bom conjunto de estudos e análises mais detalhadas, solidamente alicerçadas nas fontes, incluindo o motim de Lamego e o contexto histórico em que ocorreu<sup>12</sup>.

5 MORAIS, 1942: 9.

6 MORAIS, 1942: 10.

7 Os três volumes do «Ciclo Port Wine» — *Horizonte Cerrado*; *Os Homens e as Sombras*; *Vindima de Sangue* — foram publicados, respectivamente em 1949, 1951 e 1953, com reedições posteriores. A 5.ª edição foi lançada no presente ano (Lisboa: Ed. Caminho, 2015).

8 PEREIRA, 2014.

9 Além das inúmeras referências existentes na imprensa e outras fontes da época, vale a pena destacar a compilação documental feita por PEREIRA, 1949.

10 PERES, 1954: 118-119.

11 TELO, 2010: 328.

12 Em especial, SEQUEIRA, 2000; SEQUEIRA, 2003; PEREIRA & SEQUEIRA, 2004; SEQUEIRA, 2011; LAGE, 2014.

## A CONSAGRAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM «PORTO» PARA OS VINHOS GENEROSOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Em finais do século XIX e no início do século XX, a região vinhateira do Douro atravessou um dos períodos mais dramáticos e também mais épicos da sua história. Desde 1863, a filoxera tinha alastrado, lentamente, a partir do seu foco inicial, em Gouvinhas, reduzindo a «mortórios» todo o vinhedo regional. A partir da década seguinte, multiplicaram-se os tratamentos, à base de sulfureto de carbono, numa tentativa desesperada para salvar as videiras. A mudança radical do sistema de cultivo, lançada ainda em 1876 por Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira, com a plantação de porta-enxertos americanos, só viria a difundir-se nos anos noventa, com um movimento impressionante de replantações, que ultrapassou, numa década, mais de 20 mil hectares de vinhas<sup>13</sup>.

O movimento foi comum a todas as regiões vitícolas da Europa<sup>14</sup> e teve importantes impactos técnicos, económicos e sociais, além de alterar profundamente a paisagem de algumas dessas regiões, como aconteceu no Douro. Porém, esse período coincidiu, também, com grandes alterações nos mercados, em que se intensificava uma concorrência agressiva, com práticas pouco escrupulosas de contrafação dos vinhos das denominações mais prestigiadas. Por toda a Europa, produziam-se «vinhos do Porto» industriais, tal como «Madeiras», «Xerez», «Champagnes» e outros, que inundavam os mercados com imitações baratas, concorrendo, de forma desleal, com os vinhos genuínos dessas denominações de origem.

Assim, as principais regiões vinhateiras, após grandes investimentos no combate às doenças da videira e na replantação das vinhas, passaram a enfrentar crescentes dificuldades de escoamento dos seus vinhos e a depreciação dos respectivos preços, o que gerou situações críticas de miséria e um clima de crescente conflitualidade social. Ficou célebre a revolta vinhateira do Languedoc francês, em defesa dos vinhos naturais contra os vinhos falsificados. Na Primavera de 1907, o movimento chegou a reunir mais de meio milhão de pessoas, em Montpellier, atingindo um desfecho dra-

mático em Narbonne, onde foram mortos seis populares pela tropa enviada para reprimir os manifestantes<sup>15</sup>. Menos trágicos, mas não menos violentos, foram os acontecimentos ocorridos em várias localidades da região de Champagne, entre Janeiro e Junho de 1911, em torno da demarcação da região e, também, contra as fraudes praticadas por negociantes. As caves de diversos negociantes, suspeitas de guardarem vinhos provenientes de outras regiões, foram incendiadas e registaram-se tumultos em vários locais, chegando a erguer-se barricadas, quando o governo enviou a tropa para travar a revolta vinhateira<sup>16</sup>.

Nas movimentações vinhateiras do Douro de 1914 e 1915, verificam-se muitas das características que marcaram as revoltas do Midi francês e da Champagne, onde o que estava em causa era o combate à fraude que campeava no sector vinícola e também, no segundo caso, a defesa da identidade territorial da denominação de origem.

Revoltas sectoriais e territoriais, uniram, essencialmente, os viticultores contra os «inimigos» externos e os representantes locais desses interesses externos, que responsabilizavam pela crise: os negociantes que usavam práticas fraudulentas, os viticultores de outras regiões que usurpavam a denominação de origem ou os produtores de álcool industrial usado para substituir a aguardente vínica. Foram revoltas regionalistas, cumulativas e corporativas, em que convergiram diversos movimentos sociais com diferentes interesses, motivações e formas de intervenção. Se as elites regionais se distinguiram nas campanhas de imprensa, nos Congressos Vitícolas e nas reuniões de viticultores, nas representações junto do Governo ou do Parlamento, nas negociações e nos discursos nos comícios vinhateiros, ou ainda nas acções desencadeadas pelas câmaras municipais (demissão das vereações, encerramento dos serviços, telegramas ao governo, colocação de bandeiras negras ou bandeiras a meia-haste, etc.), as movimentações populares assumiram um carácter mais violento e iconoclasta, como o incêndio de pipas de vinho ou aguardente de outras regiões nas estações de caminho-de-ferro e em armazéns de traficantes ou a destruição de edifícios das finanças.

Muitos destes aspectos são também visíveis nas movimentações do Douro de 1914 e 1915. Mas o caso duriense assume, simultaneamente, algumas caracte-

13 Cf. PEREIRA, 1989; MARTINS, 1991; PEREIRA, 2009.

14 Veja-se, por exemplo, GARRIER, 1989.

15 LACHIVER, 1988: 467-471.

16 GUY, 2003: 158-185.

rísticas singulares que merecem ser destacadas.

Em primeiro lugar, a revolta duriense de 1914-1915 situa-se na continuidade de uma longa série de movimentações em defesa da denominação de origem, remontando a finais do século XIX, com a criação de Comissões de Defesa do Douro, realização de comícios vinhateiros, representações ao poder central, criação de uma imprensa regionalista, etc. Em geral, todos esses movimentos coincidiam na reivindicação de medidas de regulação do comércio, repressão das fraudes e contrafações, regresso à demarcação da região produtora (abolida em 1865) e à exclusividade da denominação «Porto» para os vinhos generosos produzidos na região do Douro. Após a reposição da legislação reguladora pelo governo de João Franco, em 1907, os movimentos de protesto centraram-se no combate à fraude e à concorrência desleal, defendendo a extensão e cumprimento da legislação da denominação de origem. No final da Monarquia, o agravamento da crise comercial, fazendo agravar as condições de vida no Douro, com o empobrecimento dos pequenos viticultores e o desemprego entre os jornaleiros, fez emergir um espírito de «revolta latente» e algumas formas de agitação popular mais violentas, incendiando repartições locais das finanças, como aconteceu em Alijó, em Janeiro de 1909, em Murça, em Fevereiro de 1909, e em Carrazeda de Ansiães, em Abril de 1910, ou destruindo pipas de vinho de outras regiões em estações do caminho-de-ferro, como no Tua, ainda em Abril de 1910<sup>17</sup>. Após a instauração da República, os movimentos durienses ganharam novos contornos, utilizando, frequentemente, as redes de influências partidárias, a par de uma maior actividade da renovada Comissão de Viticultura da Região do Douro. Sobretudo a partir do início de 1914, intensificaram-se as acções de protesto e as reclamações durienses, com grandes comícios vinhateiros (como o de 10 de Maio de 1914, na Régua), ocorrendo também diversos tumultos populares, com ataques a armazéns suspeitos de fraudes. A assinatura do tratado de comércio luso-britânico, em 12 de Agosto de 1914, seria o pretexto para uma nova vaga de movimentações, que viria a culminar em Julho de 1915, no motim de Lamego, face às hesitações governamentais em proceder à aclaração do já referido artigo 6.º. Assim, as velhas motivações de denúncia da fraude e de reivindicação de medidas de protecção da região vinhateira e de regulação da denominação de

origem associaram-se à luta contra o tratado de Comércio com a Inglaterra, colocando-se já não apenas nos planos regional e nacional mas também no plano internacional, o que decorre da vocação exportadora dos vinhos generosos do Douro.

Em segundo lugar, as características da vitivini-cultura duriense, com as conhecidas dificuldades de cultivo da vinha em terrenos de encosta, os elevados custos de armação do terreno, de plantação e de granjeio, a par da maior dependência da população da monocultura da vinha e da colocação dos seus vinhos no circuito exportador, acentuaram os efeitos da crise comercial e conferiram grande dramatismo à situação vivida no Douro em finais do século XIX e princípios do século XX, transformando a «questão duriense» numa das grandes questões nacionais da época. Para lá dos objectivos e motivações que, em cada momento, impeliam à acção colectiva, foi a complexa e multifacetada «questão duriense» que esteve subjacente à longa continuidade das movimentações regionais. Nesta perspectiva, valeria a pena explorar, em estudo mais alargado, as motivações que mobilizavam as comunidades rurais durienses não apenas decorrentes das dificuldades e necessidades conjunturais mas, sobretudo, em torno de razões mais profundas, que poderíamos associar ao que consideravam os seus «direitos sagrados» e a uma consciência das desigualdades e injustiças provocadas pela economia de mercado. Nos protestos das camadas populares, que se intensificavam em contextos de crise de subsistências, as ideias tradicionais de «negócio honesto», de «preço justo» e de «bem comum», que Edward Thompson traduziu no conceito de «economia moral da multidão», legitimariam as acções violentas de revolta contra práticas ou situações consideradas indignas<sup>18</sup>.

Um terceiro aspecto a destacar prende-se não só com uma forte intervenção das elites vinhateiras e das diversas instituições locais e regionais (câmaras municipais, sindicatos vitícolas, Comissão de Viticultura da Região Duriense, etc.) mas também com uma nítida e excepcional aliança sectorial entre os viticultores do Douro e os negociantes do Porto-Gaia. Desde o início dos protestos contra o tratado luso-britânico, as posições tradicionalmente divergentes da produção e do comércio uniram-se na defesa da aclaração do ar-

17 Cf. SEQUEIRA, 2011: 281-282.

18 THOMPSON, 2008. A versão inglesa, sob o título *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*, foi publicada na revista *Past & Present*, n.º 50, 1971, p. 76-136.

tigo 6.º. Pode dizer-se, por isso, que os movimentos de 1914-1915 tiveram o condão de unir todo o sector do vinho do Porto, o que raras vezes aconteceu na sua história. Trata-se, por isso, de um momento histórico de consagração da denominação de origem. Por um lado, os produtores durienses assumiram para os seus vinhos generosos a denominação «Porto», a que sempre se tinham oposto, preferindo designá-los por «vinhos finos do Douro». Por outro lado, os negociantes do Porto-Gaia abandonaram as suas reservas em relação ao uso exclusivo da denominação «Porto» para os vinhos produzidos na Região Demarcada do Douro.

## NOTA FINAL

No dia em que ocorreu o motim de Lamego, uma comissão de representantes do Douro, chefiada por Antão de Carvalho, reuniu-se em Lisboa com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se comprometeu a atender às reivindicações durienses de aclaração do artigo 6.º do tratado luso-britânico. A vitória desse movimento reivindicativo decorreu de um vasto e diversificado conjunto de acções que, durante vários meses, agitou a região demarcada, a par da pressão exercida na imprensa e junto do poder central por representantes do Douro. Mas a memória regional evocaria os «mártires de Lamego» como os principais «heróis» desse duro combate em defesa da denominação de origem. A vitória tinha sido «selada com sangue» e, por isso, sacralizada. Como evocaria, dez anos mais tarde, Antão de Carvalho:

*Glória aos Mártires!*

*Em Lisboa, o Douro falava ao Governo da República na voz mais enérgica e sonora, defendendo os seus direitos sagrados.*

*As palavras dos comissionados foram simples eco retumbante das reclamações regionais na porventura mais bela e formidável campanha que haja agitado a alma da forte gente transmontana e beirã.*

*Era solene o momento.*

*Instantaneamente os clamores irados converteram-se em silêncio.*

*Caíra sobre nós a dor.*

*Estávamos ungidos pelo sangue dos mártires.*

*A causa triunfou e foram eles os vencedores.*

*Que o Douro nunca os esqueça, pagando a dívida sagrada, ainda em aberto, da merecida consagração aos mortos obscuros, que, em verdade, são os seus mais excelsos e nobres paladinos.*

*Glória aos Mártires!<sup>19</sup>*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- A Defesa do Douro*. Peso da Régua, ano I, n.º 30, 26.07.1925.
- CARVALHO, Antão de (1925) — *Glória aos Mártires!* «A Defesa do Douro». Peso da Régua, ano I, n.º 30, 26.07.1925, p. 2.
- GARRIER, Gilbert (1989) — *Le phylloxera: une guerre de trente ans (1870-1900)*. Paris: Albin Michel.
- GUY, Kolleen M. (2003) — *When Champagne became French. Wine and the making of a national identity*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press.
- LACHIVER, Marcel (1988) — *Vins, vignes et vigneronns. Histoire du vignoble français*. Paris: Fayard.
- LAGE, Otilia (2014) — *Revoltas populares no Douro Vinhateiro (Carrazeda de Ansiães e Lamego), no início da I República: Significados e representações sociais a partir da imprensa da época*. In *Atas das 1as Conferências Museu de Lamego / CITCEM – 2013: História e Património no/do Douro: Investigação e Desenvolvimento*. Lamego: Museu de Lamego / CITCEM, p. 221-229.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991) — *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social, vol. XXVI, n.º 112-113. Lisboa: ICS, p. 653-688.
- MORAIS, Pina de (1942) — *Sangue Plebeu*. Porto: Marânus.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1989) — *A produção de um espaço regional – o Alto Douro no tempo da filoxera*. «Revista da Faculdade de Letras – História», vol. VI. Porto: FLUP, p. 311-353.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2009) — *Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX*. In SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, org. — *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 115-131.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2014) — «Vindima de Sangue»: Movimentações Populares no Douro no final da Monarquia e no início da República. In GODINHO, Paula; REDOL, António Mota (coord.) — *Alves Redol – O olhar das ciências sociais*. Lisboa: Edições Colibri, p. 369-390.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SEQUEIRA, Carla (2004) — *Da ‘missão de Alijó’ ao ‘motim de Lamego’. Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século*
- XX. «Revista da Faculdade de Letras: História», III série, n.º 5, p. 59-77.
- PEREIRA, Mário Bernardes (1949) — *Notas a Lápis*. «Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto». Porto: Instituto do Vinho do Porto, n.º 114, Junho de 1949, p. 185-221; n.º 115, Julho de 1949, p. 257-282; n.º 118, Outubro de 1949, p. 432-472.
- PERES, Damião, dir. (1954) — *História de Portugal*. Suplemento. Porto: Portucalense Editora.
- REDOL, Alves (1949) — *Horizonte Cerrado*. Lisboa: [ed. do autor].
- REDOL, Alves (1951) — *Os Homens e as Sombras*. Lisboa: [ed. do autor].
- REDOL, Alves (1953) — *Vindima de Sangue*. Lisboa: [ed. do autor]. [5.ª edição: Lisboa: Caminho, 2015]
- SEQUEIRA, Carla (2000) — *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/CIRDD.
- SEQUEIRA, Carla (2003) — *O Vinho do Porto e as movimentações sociais nos anos de 1914-15*. «Douro – Estudos & Documentos», n.º 15, p. 77-86.
- SEQUEIRA, Carla (2011) — *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a “questão duriense” na economia nacional*. Porto: CITCEM.
- TELO, António José (2010) — *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*. Lisboa: Presença.
- THOMPSON, E. P. (2008) — *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Lisboa: Antígona.
- VILELA, Júlio (1925) — *A homenagem d’«A Defesa do Douro»*. «A Defesa do Douro». Peso da Régua, ano I, n.º 30, 26.07.1925, p. 1.



## Organização



Museu  
de **Lamego**



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURA

**CULTURA  
NORTE**



**CITCEM**  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**U. PORTO**

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

## Apoios



município de  
**Lamego**



LAMEGO  
HOTEL



SOLTAGIGA  
publicidade

CASA  
DE SANTO  
ANTÓNIO  
BRITÂNIO DE  
Turismo d'Habitação Enoturismo



Liga dos  
Amigos do  
Museu de Lamego



TURISMO DE  
PORTUGAL



escola de hotelaria e turismo  
do douro-lamego

QUINTA  
DE  
MOSTEIRO